

## Subcomissão vai debater biotecnologia e clonagem

A Comissão de Educação criou ontem a Subcomissão de Ciência e Tecnologia. O objetivo é discutir temas como biotecnologia e clonagem.

Página 7

## Plenário autoriza agência de águas a firmar contrato com municípios

Página 4



Gerardo Maggela

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X – Nº 1.927 – Brasília, quarta-feira, 5 de maio de 2004

### CPI DO BANESTADO



José Cruz

**REAÇÃO** Antero de Barros (D), presidente da CPI, determinou a prisão do ex-prefeito de São Paulo (E)

## Celso Pitta é preso por desacato ao senador Antero Paes de Barros

Depois de desacatar o senador Antero Paes de Barros, o ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta recebeu ontem voz de prisão do próprio parlamentar, sendo conduzi-

do à Polícia Federal por agentes da Polícia do Senado. Celso Pitta prestava depoimento à CPI que investiga evasão de divisas – estimada em US\$ 30 bilhões – por meio de

contas CC-5. O ex-prefeito já havia comparecido à CPI do Banestado, mas não depusera em virtude de liminares obtidas junto ao Supremo Tribunal Federal.

Página 3

### REFORMA DA PREVIDÊNCIA

## PEC paralela deve ser votada logo na Câmara, diz relator

Em reunião com senadores da base governista, o relator da emenda paralela da Previdência, deputado José Pimentel, garantiu que a Câmara deverá votar a proposta logo após a desobstrução da pauta. Acordo pode garantir a manutenção da paridade entre servidores ativos e inativos.

Página 4

## Infra-Estrutura acolhe a parceria público-privada

O projeto de lei que institui normas para parcerias público-privadas foi aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Os destaques precisam ainda ser votados. A proposta permite que empresas privadas assumam tarefas do setor público, como infra-estrutura, segurança, habitação e saneamento.

Página 4

## Comissão aprova a nova Lei de Falências

Pagamento de créditos trabalhistas em caso de insolvência das empresas terá prioridade, conforme propõe Tebet

O projeto da nova Lei de Falências recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos. Os membros da comissão mantiveram na íntegra o texto do relator Ramez Tebet. Fica assegurado o limite de 150 salários mínimos para o pagamento preferencial de crédito trabalhista sobre qualquer outro credor em caso de falência da empresa. A proposta será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça antes de ir ao exame do Plenário.

Página 5

### O que muda na Lei de Falências

#### Recuperação judicial

Reduz a burocracia para tornar a recuperação judicial menos onerosa. Fixa o prazo de 180 dias para suspensão de ações e execuções na recuperação judicial.

#### Disposições penais

Define como crimes fraude a credores, contabilidade paralela, violação do sigilo empresarial, divulgação de informações falsas, indução ao erro, favorecimento de credores.

#### Exclusão da sucessão tributária e trabalhista

O substitutivo aprovado, assim como o projeto da Câmara, define que não haverá sucessão tributária ou trabalhista para o adquirente.

#### Recuperação de microempresas

Para incluir as micro e pequenas empresas nas regras para a recuperação judicial, créditos que não têm preferência segundo a lei contarão com prazo de pagamento maior que o da concordata.







**LUTA** Segundo Valmir Amaral, combate ao câncer deve ser permanente

## Valmir Amaral pede empenho na prevenção do câncer

Com a passagem no último dia 8 de abril do Dia Mundial do Combate ao Câncer, o senador Valmir Amaral (PMDB-DF) enfatizou a necessidade de se aprofundar a conscientização dos brasileiros para a importância da prevenção e diagnóstico precoce da doença.

Segundo informou, foram registrados no Brasil em 2003 cerca de 400 mil novos casos da doença e ocorreram 127 mil mortes causadas pelo câncer. Entre as mulheres, a moléstia ataca mais comumente a mama e, em ambos os sexos, o tipo mais freqüente é o câncer de pele. O senador destacou, no entanto, que a medicina brasileira vem acompanhando os avanços mundiais no tratamento e cura do problema.

Valmir Amaral disse que a luta contra o câncer deve ser feita "sem tréguas" e que a população precisa ser esclarecida. Ele defendeu maior alocação de recursos para estudo, pesquisa e aparelhamento médico. Para o senador, o combate ao câncer deve ser um esforço de todos.

# Agenda

## Plenário pode votar hoje a MP dos Bingos

A pauta de votações, trancada por projetos originados de medidas provisórias, pode ser liberada na sessão de hoje, marcada para as 14h30. Os senadores devem analisar a proposta (PLV 22/04) que proíbe a exploração de todas as modalidades

des do jogo do bingo no Brasil. Torna ilegais também jogos em máquinas eletrônicas, conhecidas como caça-níqueis. O descumprimento da norma implica a aplicação de multa diária no valor de R\$ 50 mil, além de outras medidas legais.

## Sarney recebe presidentes da TAM e do BNDES

O presidente do Senado, José Sarney, recebe hoje, às 11h30, o presidente da TAM, Antonio Bologna. Às 15h, Sarney concede audiência ao presidente

do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa. Às 15h30, preside a sessão plenária.

## Educação discute a crise da mídia

A possível ajuda financeira do governo federal a empresas de comunicação em crise financeira, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), é tema de audiência na Comissão de Educação (CE) hoje, às 9h30. Participam do encontro os presidentes do BNDES, Carlos Lessa (foto), e da Editora Três, Domingos Alzugaray, entre outros.



## CAE debate com Rigotto dívida dos estados

O governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto (foto), participa da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h, para discutir a dívida pública dos estados. No mesmo horário, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota a indicação de Hélio Quaglia Barbosa para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e será instalada uma comissão mista para examinar a medida provisória que aumenta o salário mínimo (MP 182/04).

## Presidente da Funai fala sobre morte de garimpeiros

A morte de garimpeiros em reservas de índios cintas-largas será discutida hoje pela Subcomissão de Segurança Pública, às 17h30. A reunião conta com a presença do presidente da Funai, Mércio Gomes, do diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, entre outros. Às 14h30, a Comissão Especial de Questões Fundiárias ouve o depoimento de cinco garimpeiros.



## Compensação por minério

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se às 11h. Na pauta, dois projetos (PLSs 104 e 105/03) que elevam a compensação financeira pela exploração de recursos minerais ao mesmo percentual pago pela exploração de petróleo. Às 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) vota cinco requerimentos.

## Reflexão sobre a mulher

A Comissão Temporária do Ano da Mulher realiza amanhã, às 18h30, um talk show com a dra. Mônica Mulatino e alguns convidados, no auditório do Interlegis. O evento é aberto ao público e tem como objetivo a reflexão acerca dos diversos papéis desempenhados pela mulher.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**EMPENHO** Rodolpho Tourinho reconhece esforço de ministério para universalizar energia

## Tourinho defende energia elétrica para todos

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) destacou o empenho do Ministério de Minas e Energia em continuar incentivando o processo de universalização dos serviços de energia elétrica no país. O senador advertiu que o governo federal deverá ter a coragem de se responsabilizar pela subvenção desses investimentos se pretende alcançar a meta de levar energia a todos os lares brasileiros até 2008.

Em audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, teria anunciado a aplicação de R\$ 5,3 bilhões no programa Luz para Todos. Além de reafirmar, na ocasião, a defesa do uso de subvenções para viabilizar a universalização, Tourinho destacou como exitosa a experiência do programa Luz no Campo, implementado pelo governo anterior com o mesmo objetivo.

Segundo informou, essa iniciativa já havia atendido, até fevereiro passado, 682.879 consumidores rurais. Algumas dificuldades para a manutenção do Luz no Campo, assinaladas por ele, referiam-se à não obrigatoriedade legal de os distribuidores de energia participarem da universalização, ao fato de o programa ser baseado em financiamentos da Eletrobrás e a restrições creditícias e financeiras das distribuidoras.

Uma tentativa para sanar esses problemas foi a aprovação de um projeto de lei de conversão, acolhido pelo Senado em substituição a medida provisória do governo, que estipula as fontes de financiamento para subsidiar a universalização. Só na Bahia, conforme revelou Rodolpho Tourinho, o Luz no Campo beneficiou 153.715 consumidores.

## BANESTADO

# Pitta é preso por desacato ao presidente da CPI



**AFRONTA** Pitta recebe voz de prisão durante depoimento na comissão de inquérito e é conduzido por agentes da Polícia do Senado

■ Em depoimento sobre evasão de divisas, ex-prefeito ofende o senador Antero e é levado à Polícia Federal

O ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta foi preso ontem depois de desacatar o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado. Pitta recebeu voz de prisão do próprio Antero, sendo conduzido à Polícia Fe-

deral por agentes da Polícia do Senado, quando prestava depoimento à CPI que investiga evasão de divisas – que pode chegar a US\$ 30 bilhões – por meio das contas CC-5.

A situação ficou tensa quando o presidente da CPI, diante da insistência do ex-prefeito em não responder às perguntas dos parlamentares, indagou se Pitta, diante de tantas evidências de corrupção envolvendo o seu nome, “não se considerava uma pessoa corrupta”.

Pitta se sentiu ofendido com a pergunta e retrucou indagando a Antero de Barros como ele se sentiria “se alguém perguntasse se ele continua batendo na sua mulher”.

– Eu não bato na minha mulher e não sou um assaltante dos cofres públicos – respondeu o presidente da comissão, mostrando-se ofendido com as palavras do ex-prefeito.

A sessão foi suspensa e, após conversa reservada entre parlamentares e a assessoria jurídica do Senado, Antero considerou que houve desacato à autoridade e determinou à Polícia da Casa a prisão de Celso Pitta.

– A sessão foi suspensa e, após conversa reservada entre parlamentares e a assessoria jurídica do Senado, Antero considerou que houve desacato à autoridade e determinou à Polícia da Casa a prisão de Celso Pitta.

## STF esclarece liminar que restringia as perguntas dos parlamentares

Celso Pitta já havia comparecido à CPI, mas não prestou depoimento em virtude de duas liminares obtidas junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). A primeira concedia a Pitta o direito de não assinar o termo de compromisso de falar a verdade. A segunda determinava que, nas perguntas, não fosse feita alusão a dados cobertos por sigilo bancário, fiscal ou telefônico. Essas questões poderiam ser formuladas apenas em sessão com acesso restrito aos membros da comissão. Os parlamentares não concordaram com as restrições e a sessão da semana passada foi suspensa.

O presidente da CPI encaminhou pedido de reconsideração, elaborado pela Advocacia do Senado, ao ministro do STF responsável pelas liminares. O pedido foi atendido em parte. O ministro esclareceu que a segunda liminar não proíbe a veiculação de dados sigilosos no relatório final ou em comunicações ao Ministério Público; que também não proíbe a presença de parlamentares não integrantes da CPI na sessão secreta; e que não impede a formulação de perguntas, comentários e observações, desde que não revelem dados cobertos por sigilo.

O depoente se negou a responder a maioria das perguntas. Devido à sua prisão, foi cancelada a parte da sessão que seria secreta.

## Ex-prefeito se nega a responder sobre uso de contas CC-5

Os parlamentares perguntaram a Pitta se, quando prefeito, ele recebeu propinas pagas por empresas que prestavam serviços à prefeitura. O esquema envolveria membros do primeiro escalão do governo, incluindo Flávio Maluf, filho do ex-governador de São Paulo Paulo Maluf, e, na divisão do “bolo”, Pitta receberia 3%. Ele se negou a responder à indagação. Sobre as contas CC-5, Pitta afirmou conhecer seu funcionamento, mas mantendo-se em silêncio ao ser indagado se já havia lançado mão dessas contas.

O senador Sibá Machado (PT-AC) quis saber se o depoente mantinha contas bancárias conjuntas com a sua ex-mulher, Nicéa Machado. Pitta também se negou a responder, mas observou que os seus bens estão relacionados nas declarações de imposto de renda.

Antes de ser questionado pelo relator da CPI, deputado José Mentor (PT-SP), e demais parlamentares, Celso Pitta observou que recorreu ao STF para assegurar seu direito de defesa. Ele informou que as acusações contra ele estão sendo apuradas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público de São Paulo. O presidente da CPI disse que as apurações da Justiça em nada inibem as investigações que estavam sendo levadas à frente pelo Congresso Nacional.

## Antero diz que não houve desrespeito ao Supremo

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), leu em Plenário o ofício que o senador Antero Paes de Barros enviou ao ministro Cezar Peluso, do Supremo Tribunal Federal (STF), explicando que não desrespeitou a liminar que o ministro concedeu ao ex-prefeito Celso Pitta, para que permanecesse em silêncio na CPI do Banestado.

– Leio o ofício em nome do senador Antero, que teve de viajar para Mato Grosso por razões pessoais, e ele explica que deu a ordem de prisão a Celso Pitta porque foi desacatado – disse Arthur Virgílio.

O líder do PSDB encaminhou também dois requerimentos de voto de aplauso:

um para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e outro para o atual, Luiz Inácio Lula da Silva, pela mesma razão: a vitória brasileira contra os subsídios ao algodão dos Estados Unidos, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

– A gestão junto à OMC começou no governo anterior, mas o atual agiu de forma competente para manter a apresentação. É uma vitória que não resolve os problemas da agricultura brasileira, mas é uma primeira vitória. Nosso grande problema ainda é com a União Européia, e o agronegócio brasileiro não teria rival se o mundo se liberalizasse – afirmou Arthur Virgílio.

## REFORMA DO JUDICIÁRIO

## Acordo mantém poder da Justiça do Trabalho sobre dissídios

A Justiça do Trabalho deverá manter seu poder normativo sobre os dissídios coletivos, na forma como a Câmara aprovou o texto da reforma do Judiciário. A informação foi dada pelos senadores Edison Lobão (PFL-MA), José Jorge (PFL-PE) e Aloizio Mercadante (PT-SP), depois de se reunirem, ontem, com o ministro Nelson Jobim, do Supremo Tribunal Federal (STF), e com o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Vantuil Abdala.

– No meu relatório, nós tínhamos mantido o poder normativo da Jus-

tiça do Trabalho em relação aos dissídios coletivos. Mas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, houve destaque apresentado pela liderança do governo, retirando esse poder, tendo em vista que isso seria tratado na reforma trabalhista – explicou José Jorge.

De acordo com o parlamentar, que é relator da matéria no Senado, o problema que se criou resultou do fato de não se saber quando o governo enviará essa reforma trabalhista. Como a reforma do Judiciário deverá ser aprovada e promul-

gada em maio, seria criado um vácuo legal em relação à situação.

– Combinou-se que o senador Edison Lobão vai pedir um destaque, eu vou dar parecer favorável e com isso nós vamos voltar ao que estava no projeto da Câmara, até que venha a reforma trabalhista.

Na mesma linha de raciocínio, Edison Lobão explicou que essa foi a melhor solução porque, mantendo-se, no tocante ao poder normativo da Justiça do Trabalho, o texto que veio da Câmara, a reforma do Judiciário poderá ser logo promul-

gada e entrar em vigor.

– O que se procura fazer agora é preservar a Justiça do Trabalho, que deve ser prestigiada – afirma Lobão.

Também sobre a preocupação de que poderia haver um vazio legislativo, Mercadante observou que a proposta é que se mantenha o texto que veio da Câmara.

– Que se dê prioridade à negociação coletiva, mas que se estabeleçam condições em que a Justiça do Trabalho possa interferir nos dissídios, especialmente quando são conflitos de setores essenciais.



**DESTAQUE** Para Edison Lobão, a Justiça do Trabalho deve ser preservada e prestigiada



## Senado autoriza contratos entre ANA e municípios

■ Plenário aprova MP que permite a administração local de municípios que cortam mais de um estado

O Plenário do Senado aprovou ontem a medida provisória (MP) que autoriza a Agência Nacional de Águas (ANA) a firmar contratos com associações e consórcios de municípios com o objetivo de administrar bacias hidrográficas de domínio da União (que cortam mais de um estado). Esses contratos poderão ser firmados até a constituição de agências de águas específicas, encarregadas de gerir a utilização dos recursos dessas bacias.

A MP foi aprovada na forma do projeto de lei de conversão (PLV) 23/04, mas correu o risco de não ser votada. É que o texto enviado pela Câmara per-

mitia que contratos fossem firmados com organizações não-governamentais (ONGs) e outras associações sem fins lucrativos.

Dizendo-se preocupado com ingerências de ONGs, Osmar Dias (PDT-PR) anunciou que votaria contra. Ele lembrou que a assinatura dos contratos daria às ONGs o direito de administrar recursos públicos orçamentários. O alerta foi encampado por outros senadores, entre os quais Arthur Virgílio (PSDB-AM), José Agripino (PFL-RN), Jefferson Péres (PDT-AM) e Efraim Moraes (PFL-PB).

Diante da ausência do relator, Cristovam Buarque (PT-DF), Ney Suassuna (PMDB-PB) assumiu a relatoria e acatou sugestão de Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), determinando que as ONGs fiquem de fora dos contratos de gestão. Com a mudança, os opositores da matéria declararam seu voto favorável.

## Liminar suspende sentença que cassou mandato de Capiberibe

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou em Plenário decisão da ministra Ellen Gracie, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que concedeu liminar determinando a suspensão dos efeitos da sentença que cassou o mandato de senador João Capiberibe (PSB-AP) e da deputada federal Janete Capiberibe, esposa do senador. Valadares saudou a notícia e ressaltou que a concessão da liminar é um ges-



Medida em favor de Capiberibe foi saudada em Plenário

to importante para "repor a verdade".

A decisão da ministra é válida até a publicação do acórdão no *Diário da Justiça*, após o que será reapreciada a medida cautelar ajuizada pelo casal Capiberibe.

Os advogados do PSB pediram cautelarmente o impedimento da diplomação dos suplentes Gilvam Borges (senador) e Jurandil Juarez (deputado).

## Paim comenta resultados do seminário sobre desemprego

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou resumo do seminário "Desemprego e Renda", que reuniu no Senado, na semana passada, os economistas Márcio Pochmann, da Unicamp; José Pastore, da USP; Jorge Arbache, da UnB; além do presidente do IBGE, Cimar Azevedo. O principal diagnóstico dos especialistas, assinalou Paim, foi o "estado de

inanição" vivenciado pela economia brasileira há mais de duas décadas.

Há quatro anos o Brasil recebeu US\$ 32,7 bilhões em investimentos. No ano passado, foram apenas US\$ 10,1 bilhões, uma queda de 70% - comentou.

A solução dos economistas, informou o senador, é a abertura de frentes de trabalho pelo governo federal.



INVESTIMENTOS Observado por José Jorge, João Tenório apresenta relatório aos membros da comissão

## Projeto sobre parcerias é aprovado na CI

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem substitutivo do senador João Tenório (PSDB-AL) ao projeto de lei da Câmara (PLC 2.546/03) que institui normas gerais para a licitação e contratação de parcerias público-privadas (PPP) no âmbito da administração pública. A matéria é considerada como uma das alternativas do governo para atrair novos investimentos para setores carentes de recursos, como infra-estrutura, segurança, habitação e saneamento. Resta agora votar os dispositivos destacados para votação em separado.

Pela proposta, empresas privadas nacionais e estrangeiras poderão assumir tarefas do setor público, como obras e administração de serviços, mediante contratos firmados com o governo, por meio de licita-

ções. O projeto, apresentado pelo governo federal no semestre passado, foi aprovado pela Câmara dos Deputados em março, após um amplo acordo entre a base do governo e a oposição. No Senado, o projeto recebeu o nº 10/04.

Na discussão da matéria na comissão, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que havia pedido vista do relatório para maior análise, atendeu apelo dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Ney Suassuna (PMDB-PB), para que suspendessem seu requerimento e permitissem a votação, pois o relator João Tenório deixará o mandato no Senado com o retorno do titular, senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL).

Além disso, a matéria poderá ser aprofundada quando tramitar na Comissão de As-

suntos Econômicos (CAE) e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

João Tenório acatou em seu relatório três emendas, apresentadas pelos senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e César Borges (PFL-BA). A emenda de Camata tem por objetivo tornar clara a possibilidade de aporte de recursos públicos no âmbito das parcerias público-privadas para assegurar a sustentabilidade financeira do objeto contratado.

Valadares propôs inserir nas regras obrigatórias do edital dispositivo prevendo a realização de auditoria externa na sociedade de propósito específico, com periodicidade no mínimo anual. Já a emenda do senador César Borges visa eliminar interpretações elásticas permitidas pelo texto.

## Relator garante votação da PEC paralela

A proposta de emenda à Constituição (PEC) denominada PEC paralela da Previdência deverá ser votada na primeira sessão da Câmara dos Deputados em que a pauta estiver desobstruída. A informação é do relator da matéria, deputado José Pimentel (PT-CE), após reunião, ontem, com integrantes da base do governo no Senado. De acordo com o relator, está sendo fechado acordo entre as lideranças e os presidentes das duas Casas para que o texto a ser votado na Câmara seja aprovado no Senado em seguida sem modificações. Os integrantes da reunião afirmaram que serão mantidos os itens relativos às aposentadorias dos servidores públicos propostas pelo Senado.

Segundo Pimentel, ficou acordado na reunião que a remuneração dos deputados es-



ACORDO No gabinete da líder Ideli Salvatti, deputado José Pimentel explica à base do governo tramitação da proposta

taduais permanecerá vinculada à dos deputados federais. Segundo assinalou, esse era um dos pontos mais polêmicos da proposta. A remuneração dos vereadores, acrescentou o relator, também permanecerá vinculada à dos deputados estaduais. "Agora é necessário fechar acordo quanto ao piso para os

servidores do Executivo estadual."

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse concordar com o princípio defendido pelo relator, que não quer que nenhum governador receba menos do que 50% dos salários de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).



Jone de Araújo



**TELEFONIA** Presidente da Telmex, Jaime Pardo, em companhia da embaixadora do México, Cecilia Soto, é recebido por José Sarney

## Sarney e João Paulo se reúnem com Lula

Acompanhado do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, o presidente do Senado, José Sarney, se reuniu no início da manhã de ontem, no Palácio do Planalto, com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao voltar do encontro, Sarney disse que o presidente da República pediu que o Legislativo diligencie sobretudo a votação da Lei de Falências.

Indagado pela imprensa sobre a medida provisória que proibiu o funcionamento das casas de bingo e máquinas caça-níqueis no país e que aguarda votação no Plenário, o presidente do Senado afirmou que existe um acordo preliminar para que a matéria seja vo-

tada. Adiantou que, conforme o acordo, dentro de 60 dias uma comissão da Casa deverá redigir outro texto, capaz de flexibilizar essa questão.

Quanto à prisão do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, Sarney alegou que não podia se manifestar sobre um assunto do qual tomara conhecimento naquele momento.

### Telmex

José Sarney recebeu ontem, em seu gabinete, uma visita de cortesia de Jaime Chico Pardo, presidente da empresa mexicana Telmex Internacional, que acaba de vencer a disputa com o consórcio Calais – das empresas de telefonia fixa –, pela compra do controle da Embratel.

# Nova Lei de Falências é aprovada em comissão

■ Antes da votação em Plenário, projeto acolhido pela CAE será submetido ao exame da Comissão de Justiça

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, sem alterações, o substitutivo apresentado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ao projeto da nova Lei de Falências. Dos seis destaques apresentados, três foram rejeitados e outros três retirados. A proposta será analisada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ser encaminhada ao Plenário.

A prioridade dos créditos trabalhistas em caso de falência das empresas foi um dos temas que centralizou os debates durante o encaminhamento da votação. Em defesa de destaque de sua autoria, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) insistiu em que o substitutivo deveria deixar clara a preferência no pagamento dos direitos dos trabalhadores, para não dar



**DEBATE** Um dos temas que centralizaram a discussão na CAE foi a prioridade atribuída ao pagamento dos créditos trabalhistas

margem a qualquer dúvida, mas os senadores acompanharam o texto do relator.

Tebet salientou que as modificações introduzidas no projeto já aprovado pela Câmara (PLC 71/03) asseguram um limite de 150 salários mínimos (R\$ 36 mil) para o pagamento preferencial sobre qualquer outro credor, quando a empresa tiver falência decretada. Conforme o senador, essa é uma forma de proteger a grande massa dos trabalhadores, distinguindo-os dos que recebem altos salários como os dirigentes e executivos das empresas.

O relator destacou uma outra inovação do seu substitutivo: nas restituições em dinheiro, os trabalhadores terão preferência absoluta para recebimento dos salários vencidos nos três meses anteriores à falência até o limite correspondente a cinco salários mínimos.

Valadares sugeriu que fosse considerada pelo menos a exigência de uma certidão negativa da Justiça do Trabalho para atestar o montante devido pela empresa a cada trabalhador. Mas não conseguiu convencer o relator de que isso funcionaria como uma garantia adicional para os empregados.

## Parcelamento de dívidas fiscais das micros

Por entender que o substitutivo ao projeto da nova Lei de Falências atendia ao seu pleito, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) retirou destaque visando permitir que as beneficiárias do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples) pudessem usufruir de condições especiais de parcelamento de dívidas fiscais e previdenci-

árias previstas na recuperação judicial de empresas.

Outro destaque retirado pelo senador baiano, durante a reunião da CAE, pretendia manter inalterada a legislação que regula as operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACCs). Tourinho não conseguiu demover o relator, que manteve a redação do substitutivo pela qual, se houver descumprimento das regras contratuais previstas pelo

Banco Central para essa modalidade de financiamento, o credor perde prioridade nas restituições em dinheiro do valor financiado.

Apoiando o relator, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), argumentou que algumas instituições financeiras usaram os ACCs para burlar a lei. "Houve caso em que o volume de crédito era superior ao ativo da empresa", exemplificou.

## Bloqueio de bens por meio eletrônico

Um dos pontos que deverão dominar a discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), durante o exame da nova Lei de Falências, é o que prevê a possibilidade de o juiz determinar, por meio eletrônico, o bloqueio de valores depositados em instituições financeiras em nome de empresas devedoras do fisco, quando a companhia citada não pagar no prazo estabelecido ou não apresentar bens penhoráveis.

O mecanismo já é usado com sucesso pela Justiça trabalhis-

ta. Mas a sua inclusão no substitutivo oferecido por Ramez Tebet (PMDB-MS) ao projeto da Câmara que altera o Código Tributário Nacional (PLC 70/03) tem gerado polêmica. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu esclarecimentos ao relator ao final da reunião da CAE, exibindo editorial da edição de domingo do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Tebet explicou que o instrumento só será adotado depois que o débito inscrito na dívida ativa entrar na fase de execução e o oficial de Justiça não con-

seguir identificar bens à penhora. O relator disse que, se nada for encontrado, não será possível supor que essa empresa tenha condições de se recuperar. Mas ele admitiu que a matéria é polêmica e que poderá haver tentativa de derrubar esse dispositivo na CCJ.

– Se eu for convencido de que isso elimina a possibilidade de recuperação das empresas, mesmo sendo suplente na CCJ, estarei lá para ajudar a mudar esse dispositivo – declarou Ramez Tebet ao final da reunião da CAE.

Célio Azevedo



**DADOS** Comissão de Educação sugere ao governo a compra de ações preferenciais da Star One, que tem o controle de satélites

## Hélio Costa elogia debate sobre venda da Embratel

Durante a reunião de ontem da Comissão de Educação (CE), o senador Hélio Costa (PMDB-MG) elogiou o colegiado pela série de audiências públicas sobre a venda da Embratel à Telmex. Ele informou que vários assuntos debatidos nas audiências geraram resultados. Um deles foi a sugestão, encaminhada ao Executivo pelo ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, para que o governo compre ações preferenciais especiais da Embratel com poder de voto na empresa Star One, que será vendida junto com o complexo, e que tem o controle de satélites.

O presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), afirmou

que com esses resultados o colegiado sente estar cumprindo sua responsabilidade.

### Bebida alcoólica

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu a inclusão do nome do professor Ronaldo Laranjeira, especialista em drogas e álcool, entre os participantes de audiência que vai debater projeto de lei que regula a proibição de venda de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos (PLC 35/00).

Já Almeida Lima (PDT-SE) criticou a reportagem da revista *IstoÉ* desta semana, cujo título afirma que "a juventude brasileira é careta" porque adota hábitos conservadores, como não fumar maconha.



## Senadores aplaudem Maurício Corrêa, que deixa o Supremo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Maurício Corrêa, foi saudado em Plenário por sua aposentadoria compulsória, que ocorrerá ainda nesta semana. Ex-senador, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (sessão Distrito Federal) e ex-mi-



**INDEPENDÊNCIA** Antonio Carlos Magalhães elogia presidente do STF

nistro da Justiça no governo Itamar Franco, Maurício Corrêa foi lembrado como um ministro do Supremo que lutou pela independência dos Poderes.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) sustentou que Corrêa defendeu o Judiciário "sem defender o corporativismo do Judiciário", mencionando entrevista que ele concedeu a um jornal no fim da semana, quando disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não quer a CPI dos Bingos com receio de que pes-

soas do governo possam ser atingidas.

Para o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Maurício Corrêa sempre agiu "com coragem e bravura".

– Se alguma vez ele se excedeu, foi por amor ao Judiciário.

Elogiaram ainda o presidente do Supremo os senadores Hélio Costa (PMDB-MG), Jefferson Péres (PDT-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR), José Agripino (PFL-RN) e José Jorge (PFL-PE). Relator da reforma do Judiciário no Senado, José Jorge destacou as opiniões do ministro sobre o tema.

Antonio Carlos apresentou requerimento de pesar pela morte do ex-ministro da Agricultura, ex-deputado e ex-senador baiano Eduardo Catalão, no último sábado, aos 92 anos.

## Milton Santos é declarado patrono da geografia

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer favorável do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ao projeto de lei da Câmara que declara o geógrafo Milton Santos patrono da geografia nacional. Raupp afirmou que Milton Santos, falecido em 2001, é um patrono digno da importância dessa ciência e ressaltou que se trata de um cientista brasileiro internacionalmente conhecido. O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) teve aprovado seu parecer favorável ao projeto de lei que denomina de Professor Urbano Ernesto Stumpf o aeroporto da cidade paulista de São José dos Campos.

O presidente da CE, senador Osmar Dias (PDT-PR), lembrou que hoje, às 9h30, será realizada audiência pública com objetivo de debater o empréstimo que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) disponibilizará para empresas de comunicação.

É a segunda audiência pública realizada sobre o tema. Na primeira, há cerca de um mês, foram ouvidos representantes de emissoras de televisão. Dessa vez falarão representantes



**HOMENAGEM** Milton Santos, falecido em 2001, "digno da importância da ciência"

da imprensa escrita, informou. São esperados, além do presidente do BNDES, Carlos Lessa, membros da Editora Três; *Jornal do Brasil*; *Carta Capital*; do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e da Associação Nacional de Jornais (ANJ).

O senador Osmar Dias cobrou do BNDES promessa feita durante a primeira audiência pública de apresentar à Comissão de Educação o anteprojeto do programa que fornecerá os empréstimos. A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), afirmou que pedirá a Carlos Lessa as linhas gerais da matéria.

# Partidos homenageiam Maciel por posse na ABL

■ Senador, que ocupa cadeira deixada por Roberto Marinho, recebe elogios dos colegas no Plenário



**IMORTAL** Maciel teve valor político e intelectual exaltado pelos senadores

Os líderes da maioria dos partidos com representação no Senado Federal homenagearam ontem o senador Marco Maciel (PFL-PE) pela posse como o mais novo imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL), onde ocupa a cadeira que pertencia ao jornalista Roberto Marinho. O líder do PFL, senador José Agripino (RN), assinalou que Marco Maciel foi empossado "com toda a pernambucalidade que merece". Ele lembrou os diversos

serviços prestados pelo parlamentar na vida política.

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, lamentou não ter podido estar presente

à cerimônia de posse na ABL e uniu-se às homenagens. Arthur Virgílio destacou a honradez do novo imortal, "um intelectual de valor intenso", e seu valor político.

– Outros estados têm ciúme porque acham que também merecem uma ponta de Marco Maciel. Ele mostra que não há contradição entre ser político e ser honrado – ressaltou.

Em nome do PMDB, o senador Ney Suassuna (PB) afirmou que é uma grande alegria ter mais um imortal no Senado e mais um imortal nordestino na ABL.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) e o líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), associaram seus partidos nas homenagens a Marco Maciel.

## João Tenório pede ajuda para a cultura da cana



**João Tenório se despede do Senado**

Ao despedir-se, ontem, de um período de seis meses no Senado, João Tenório (PSDB-AL) defendeu a necessidade de reativar a política de equalização dos custos de produção na cultura de cana-de-açúcar para o Nordeste em relação à Região Sudeste. Ele lembrou que o programa nesse sentido está com suas liberações suspensas desde janeiro de 2002.

– Para se ter uma idéia desse universo nordestino, destaco que a agroindústria sucroalcooleira emprega diretamente 310 mil pessoas em todos os estados do Nordeste e mantém em atividade cerca de 17 mil empresários rurais.

João Tenório salientou que o programa não pode ser visto como "um socorro" a uma região, mas sim uma ação governamental no sentido de equilibrar disparidades entre duas excelentes regiões produtoras em um mesmo país.

O que distancia a produção sucroalcooleira do Nordeste da de São Paulo, disse, não é a tecnologia, mas a natureza e as características do solo, que são muito desiguais. João Tenório ressaltou que, durante mais de meio século, o Estado brasileiro tem assumido o seu papel de coordenar o desenvolvimento entre regiões díspares.

– A competência nordestina é tamanha neste segmento que essa região é a que tem mais contribuído para a expansão contemporânea da cultura da cana-de-açúcar em outras regiões do Brasil. Não estamos, portanto, a pretender proteger incapazes – assegurou.

### Despedida

Em aparte, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (PA), afirmou que João Tenório se despedia com vitorioso relatório sobre o projeto que cria o sistema de parcerias público-privadas (PPP) no âmbito da administração pública, aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Ele ainda foi saudado, em apartes, pelos outros senadores.

## Flávio Arns defende a recuperação das ferrovias



**Flávio Arns criticou a privatização**

Com o argumento de que o sistema ferroviário brasileiro precisa "retomar a direção do objetivo da desestatização", o senador Flávio Arns (PT-PR) defendeu, em discurso, a urgente aplicação de investimentos pelo operador privado, de modo a reverter a matriz do transporte no país, e, em consequência, reduzir o custo Brasil.

Para o senador, em vez da modernização e ampliação da malha ferroviária nacional, o que se vê, com a privatização do setor, é a desativação dos trechos ferroviários à média de mil quilômetros por ano, ou seja, três vezes mais que no período em que o sistema estava a cargo de estatal. "O tiro saiu pela culatra", sentenciou o parlamentar.

Flávio Arns salientou que o sistema de transporte por ferrovia em seu estado, o Paraná, vem sendo subutilizado, transferindo ao setor rodoviário a responsabilidade de atender às demandas nos níveis impostos pelo crescimento econômico. Em 2003, prosseguiu o senador, apenas 27% da movimentação do Porto de Paranaguá foi realizada por meio de trens, enquanto os caminhões transportaram 69% das mercadorias. Conforme o senador, nos últimos anos a malha ferroviária sul encolheu 1.400 quilômetros de um total que alcançava 6.586 quilômetros, depois que o Sistema Ferroviário da Malha Sul (SFMS) foi privatizado. Naquela ocasião, esse sistema foi arrematado pelo preço de R\$ 216,6 milhões, para pagamento parcelado em 30 anos.

Arns disse não conseguir entender por que um país de dimensões como o Brasil tem apenas 29 mil quilômetros de ferrovias, enquanto os Estados Unidos possui dez vezes mais.

– Se não mudarmos esse jogo, estaremos fadados ao apagão da ferrovia e ao caos econômico do Paraná, o que refletirá negativamente na balança comercial do país – advertiu o representante paranaense.



## Mozarildo quer grupo especial para negociar fim de greve



Greve na PF já tem dois meses, diz Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu ao governo federal a criação de um grupo especial para negociar com os policiais federais uma solução para a greve da categoria, que já ultrapassa os dois meses.

O senador acrescentou que a greve da Polícia Federal preocupa a Associação do Parlamento Amazônico (Aspam), entidade que integra os legislativos do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Goiás.

Documento do Parlamento Amazônico lido por Mozarildo manifesta a preocupação com o fato de a greve tornar a Amazônia mais vulnerável à ação de organizações ilícitas.

## Crivella pede independência financeira para Forças Armadas



Crivella quer definir trabalho das Forças Armadas

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) cobrou ontem alteração na Constituição para que seja garantido um percentual fixo de recursos do Orçamento da União às Forças Armadas. Segundo o senador,

a vinculação orçamentária é fundamental para que os militares cumpram sua missão constitucional de defesa do país, contribuam com ações sociais e cooperem para o desenvolvimento da tecnologia.

Marcelo Crivella ponderou que a falta de recursos decorre de um problema mais amplo: a falta de definição estratégica do papel desse contingente. O senador entende que as Forças Armadas podem e devem ser usadas para dinamizar a economia.

# Subcomissão criada pelo Senado vai examinar novas tecnologias

Subcomissão de Ciência e Tecnologia poderá debater o projeto de lei que trata da biossegurança

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem requerimento do senador Hélio Costa (PMDB-MG) criando a Subcomissão de Ciência e Tecnologia. O novo órgão tem como objetivo examinar matérias referentes ao desenvolvimento científico e tecnológico, biotecnologia, clonagem, transgenia, bioética, energia nuclear, materiais radioativos, fontes alternativas de energia, pesquisa aeroespacial, robótica, automação industrial e política de incentivos à pesquisa.

Hélio Costa destacou a importância de criar no Senado um foro especial para debater esses assuntos e lembrou que



INCENTIVO Ao lado do presidente da comissão, Osamar Dias (E), Hélio Costa justifica pedido para instalar novo foro de discussão científica

a Câmara dos Deputados já tem uma comissão com esse destino.

– A tecnologia precisa de espaço para ser debatida, inclusive tecnologia da informação, clonagem, o uso pacífico da energia atômica. São temas atuais e do maior interesse nacional e que o mundo todo vem discutindo – disse Hélio Costa.

O presidente da CE, senador Osamar Dias (PDT-PR), infor-

mou que fará a indicação dos nove membros da subcomissão, segundo o Regimento Interno, mas desde já sugeriu o nome de Hélio Costa para presidir o novo colegiado. Osamar acrescentou que o projeto de lei que trata da biossegurança (PLC 9/04) poderá ser debatido na subcomissão e assim facilitar a discussão do tema na CE. Ele requereu que a comissão analise o projeto de lei, cuja

votação no colegiado não estava prevista.

Para criar a Subcomissão de Ciência e Tecnologia, no entanto, foi preciso extinguir a Subcomissão Permanente de Rádio e Televisão, uma vez que cada comissão tem número limitado de subcomissões que lhe são subordinadas.

Requerimento de Osamar Dias, aprovado na mesma reunião, extinguiu a Subcomissão de Rádio e TV.

A Comissão de Educação também examinou relatório final da Subcomissão de Rádio e TV, apresentado pelo presidente do órgão, senador Pedro Simon (PMDB-RS).

No texto, lido por Hélio Costa, Pedro Simon informa que a subcomissão obteve êxitos, mas que o debate sobre o assunto não está findo. Simon apresentou um relatório detalhado das 11 reuniões realizadas pelo colegiado.

## Paim critica ato de racismo contra atores

O recente constrangimento sofrido por três atores negros do filme *Cidade de Deus* – Leandro Firmino da Hora, Luís Carlos Lomenha do Nascimento e Emerson Gomes do Nascimento –, que denunciaram um policial de São Paulo por prática de racismo, foi alvo de protestos do senador Paulo Paim (PT-RS). O parlamentar também registrou a passagem, em 27 de abril, do Dia da Liberdade, data comemorativa das primeiras eleições multirraciais da África do Sul e do fim do regime de segregação racial no país.

Ao comentar o ato de discriminação racial contra os artistas, Paim destacou dois projetos de lei de sua autoria desti-



SEGREGAÇÃO Paim ressalta projetos de sua autoria que combatem discriminação racial

nados a combater essa prática criminosa. Enquanto o PLS 13/04 altera o Código Penal para incluir a previsão de agravante nos crimes motivados por racismo, o PLS 77/04 modifica um conjunto de leis para coibir possíveis abusos da autori-

dade policial na abordagem de cidadãos em vias públicas. Ele pediu pressa ao Senado no exame das duas proposições.

O senador pelo Rio Grande do Sul comentou ainda reunião de lideranças da Câmara dos Deputados e do Senado Federal na casa do presidente do Senado, José Sarney, para tratar da PEC paralela da Previdência e do reajuste do salário mínimo. Paim informou que está sendo negociada a votação da matéria previdenciária em maio na Câmara e em junho no Senado. Quanto ao salário mínimo, deve ser constituída comissão informal para buscar uma forma de reajuste permanente do piso e mecanismos para elevá-lo a R\$ 300.

## Osmar analisa reflexos de MPs no agronegócio

A repercussão econômica de duas medidas provisórias (MPs) editadas há pouco pelo Poder Executivo sobre o agronegócio brasileiro foi analisada ontem em Plenário pelo senador Osmar Dias (PDT-PR). Ao mesmo tempo em que elogiou a iniciativa do governo federal de lançar a MP 184/04, que reduz as alíquotas dos programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes

sobre fertilizantes e defensivos agropecuários, ele condenou a edição da MP 177/04, que cria uma taxa adicional ao frete para renovação da marinha mercante.

– Desta vez, creio que o governo acertou – afirmou, atrelando a edição da MP 184 ao cumprimento de compromisso assumido pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Segundo explicou, a proposição veio sanar a quebra do acordo firmado no Senado em torno da MP 164/04, que tratava do fim da cumulatividade da Cofins. O pro-

jeto de lei de conversão oferecido a essa MP previa a isenção do tributo para insumos e matérias-primas agropecuárias, mas o benefício foi derrubado pela Câmara dos Deputados.

Em seguida, Osmar Dias criticou a MP 177/04, que teria um “peso enorme” sobre o setor produtivo brasileiro.

– Isso [o adicional sobre o frete] não se justifica, pois já temos o custo portuário mais alto do mundo, em torno de US\$ 7 por tonelada embarcada – comentou.

## Jucá destaca projeto que garante acesso às escolas

A iniciativa do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool (Sindaçúcar), no estado de Pernambuco, de garantir que milhares de crianças tenham acesso à escola foi elogiada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR).

O objetivo do projeto não é o de construir escolas, mas assegurar que crianças freqüentem as aulas e permaneçam estudando, explicou o senador.

Segundo Romeiro Jucá, o projeto mantido pelo sindicato beneficia mais de 70 mil crianças e 40 mil famílias em 55 municípios de Pernambuco e ganhou o reconhecimento da Fundação Abrinq.



RECONHECIMENTO Jucá afirma que projeto em Pernambuco tem apoio da Fundação Abrinq



# “PDT votará mínimo com responsabilidade”

Jefferson diz que seu partido aprovará salário de R\$ 260 se reajuste maior não for viabilizado

O líder do PDT no Senado, Jefferson Péres (AM), anunciou ontem que os cinco senadores de seu partido votarão a favor da medida provisória que eleva o salário mínimo de R\$ 240 para R\$ 260. O partido só mudará sua posição se o Congresso encontrar nova fonte de recursos para garantir um salário mínimo mais elevado.

– O PDT não vai agir com demagogia, mesmo que isso nos custe votos. Lamento que, no passado, pessoas defenderam grandes aumentos para o salário mínimo e, hoje, usam outros argumentos para defender o reajuste pequeno. Ou eram incompetentes, e não sabiam dos impactos sobre a Previdência



**SAÍDA** Jefferson espera que governo e Congresso discutam política para salário

cia e sobre as prefeituras, ou sabiam, mas agiam de forma desonesta – sustentou.

Jefferson reafirmou que seu partido continuará na oposição, mas se recusa a “fazer oposição irresponsável”. Ele também disse concordar que o aumento de R\$ 20 no salário mínimo é irrisório e que o Brasil não consegue sequer equiparar a remuneração mensal mínima

à da Argentina, que “é de 150 dólares”. Ele sugeriu que o governo e o Congresso discutam o assunto com seriedade e adotem uma política de aumento gradual do mínimo.

De acordo com o líder do PDT, a saída para que a Previdência Social suporte aumentos mais elevados para o salário mínimo é a entrada no mercado formal de trabalho de milhões de trabalhadores que vivem na informalidade. Com isso, a arrecadação do INSS será elevada, reduzindo o atual déficit que inibe o governo na hora de reajustar o mínimo. “A informalidade é a verdadeira arapuca do salário mínimo”, acrescentou.

Como saída de emergência, para que o mínimo ganhe mais R\$ 10, Jefferson sugeriu que todos os deputados e senadores abram mão de suas emendas individuais ao Orçamento da União, o que daria à Previdência um reforço de R\$ 1,48 bilhão.



**DESCUIDO** Segundo artigo lido por Efraim, presidente “fala demais” e de forma “irrefletida”

## Efraim lê artigo de Miriam Leitão com críticas a Lula

O senador Efraim Morais (PFL-PB), líder da Minoria, leu a íntegra do artigo da jornalista Miriam Leitão, publicado no jornal *O Globo* no último dia 1º, em que a jornalista afirma que o presidente Lula “fala demais” e de forma “irrefletida”. Na matéria, Miriam Leitão revela que, durante jantar da bancada do PTB, o presidente fez “algo mais perigoso: misturou uma dose

de uísque com o improviso. Vangloriou-se dos seus contatos internacionais, desafiou o governo anterior para debate, falou que o país vive na pendura e disse que os líderes da América Latina vivem no século 19”.

O texto da jornalista faz duras críticas ao comportamento de Lula, como o fato de, em 16 meses de governo, ter dado poucas entrevistas e nenhuma coletiva formal no Palácio do Planalto, como seus antecessores. Segundo ela, Lula prefere fugir das perguntas incômodas e falar livremente o que lhe vem na cabeça. “Um dia acordei invocado e liguei para o Bush”, teria dito o presidente.

“Chefes de Estado pensam estrategicamente até os contatos supostamente informais. Cada palavra do presidente em contato com um líder de outro país tem que seguir um objetivo previamente traçado. Por isso, na próxima vez que acordar invocado, não deve ligar para ninguém antes de refletir sobre o que, por que, com que objetivo o presidente do Brasil quer falar com outro mandatário”, ensinou a jornalista.

## Para Agripino, o governo está “garfando” salário

O senador José Agripino (RN), líder do PFL, disse ontem que o reajuste do salário mínimo, ainda que insuficiente, deveria ser concedido a partir de 1º de abril e não de 1º de maio, seguindo o que ocorreu em 2003. A prevalecer o que foi determinado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, o trabalhador nessa faixa salarial estará sendo “garfado”, afirmou Agripino.



**Agripino diz que buscará forma de aumentar mínimo**

O senador potiguar chamou a atenção também para a diferença de percentuais entre os dois reajustes – 20% no ano passado e 8,3% este ano. E salientou que se trata de uma entre tantas decepções sentidas pelo povo em relação ao governo que elegeu na esperança do resgate de enorme dívida social. Ele citou outros exemplos, como a ausência de política salarial para o funcionalismo público e o fracasso da reforma agrária.

– Lula foi eleito com 61% dos votos, uma diferença massacrante [em relação aos outros candidatos], mas tudo o que prometeu está se dando ao contrário – lamentou o senador.

O líder pefelista ressaltou estar disposto a lutar junto com outros parlamentares para conceder um reajuste maior para o salário, buscando no orçamento fontes de recursos alternativas para compensar os efeitos do aumento nas contas da Previdência Social.

## Virgílio compara aumentos dados por FHC e Lula

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), lembrou que enquanto o governo Fernando Henrique, em oito anos, proporcionou um aumento médio anual de 5% no valor real do salário mínimo, o presidente Lula aumentou apenas 1,2% em seu primeiro ano e 1,7% agora em 2004. Em seu primeiro ano de gestão, Fernando Henrique aumentou o salário mínimo em 22,6% acima da inflação.



**Virgílio: Lula pratica estelionato eleitoral**

– Lula ganhou a eleição praticando um grave estelionato eleitoral, prometendo dobrar, em quatro anos, o valor do salário mínimo real.

Uma fotografia publicada pelo jornal *Correio Braziliense* no sábado passado e por *O Globo* ontem foi exibida por Arthur Virgílio. Tirada em maio de 2000 no Plenário da Câmara, a foto mostra alguns deputados ironizando o aumento do salário mínimo concedido por Fernando Henrique. Alguns dos deputados, como Ricardo Berzoini, Antonio Palocci, José Dirceu e Agnelo Queiroz hoje são ministros do governo Lula.

O hoje senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e o prefeito de Aracaju (SE), Marcelo Déda (PT), também aparecem na fotografia. Todos imitam o gesto que o humorista Chico Anysio fazia na *Escolinha do Professor Raimundo*, como uma forma de ironizar o salário pago aos professores. Com os dedos polegar e indicador quase colados, Chico Anysio dizia: “E o salário, ó!”

## Juvêncio vê paralisia e falta de resultados do Executivo

Depois de dois meses sem se pronunciar, o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) fez duro discurso contra o que classificou de inércia do governo, falta de cumprimento de promessas e acordos e fúria arrecadatória.

– Não queria falar antes para não apresentar um discurso pessimista. Mas está demais, não há sequer um fato novo digno de elogio.

O senador explicou que não gosta de fazer oposição irresponsável, porque foi prefeito duas vezes e conhece as dificuldades de se governar. “Mas a falta de resultados é assustadora”, disse. E começou citando o que foi classificado pelo governo como um projeto para a área da saúde: a entrega de ambulâncias “maquiadas”, com sete ou oito anos de uso.

Juvêncio lembrou que a arrecadação do Estado subiu, em



**DESABAFO** “Falta de resultados é assustadora”, constata Juvêncio da Fonseca

2003, cerca de R\$ 62 bilhões em relação ao ano anterior.

– Qualquer nação que apresentasse tal aumento de arrecadação poderia mostrar o tão sonhado espetáculo do crescimento. Mas aqui no Brasil nada acontece, só desemprego e desestímulo à produção.

Ele mencionou ainda o roubo de armas da Aeronáutica por assaltantes, o massacre de garimpeiros por índios e as invasões de propriedades privadas pelo MST. Em aparte, Gilberto Messtrinho (PMDB-AM) frisou que há um movimento internacional para criar um *apartheid* dos indígenas no Brasil.